

Auditor de Controle Externo do TCE-RS e
Presidente da FENASTC

Estado, Desenvolvimento e Controle Externo

Arquivo pessoal



Amauri Perusso

No livro “Pensamento Nacional-Desenvolvimentista”*, Rubens Sawaya, em longo artigo, apresenta uma resenha do livro de **Celso Furtado**, denominado “**Criatividade e dependência da civilização industrial**”, em que destaca (dentre outras) as seguintes afirmações de Furtado: “A luta contra a dependência passa por um esforço para modificar a conformação global do sistema”. Com a seguinte continuidade: “A estratégia passa pelo controle sobre os recursos de poder em que se assenta a chamada ordem econômica internacional: a) o controle sobre tecnologia; b) o controle sobre finanças; c) o controle dos mercados; d) o controle do acesso às fontes de recursos não renováveis; e e) o controle do acesso à mão de obra barata. [...] A luta contra a dependência não é outra coisa senão um esforço dos Países periféricos para modificar essa estrutura”.

O sistema capitalista, desde o mercantilismo, ou seja, desde o século XVI, tem o Estado como impulsionador do seu desenvolvimento. No Brasil, a formação da denominada burguesia nacional é resultante da proteção do Estado a determinados setores econômicos, como acontece agora – e desde a década de 1980 –, quando o financiamento (Plano Safra) e o desenvolvimento de tecnologias (EMBRAPA na adaptação de culturas para o cerrado e outras regiões) tornaram a agropecuária brasileira um sinônimo de atividade moderna, com alta tecnologia, além de ser produtiva e lucrativa.

Importante não perder de vista as constantes iniciativas econômicas na proteção das montadoras de automóveis, sejam elas de natureza tributária ou de financiamento do Estado (por exemplo, o local de produção da FIAT**, em Betim, Minas Gerais, foi pago com um valor simbólico, em 1974, além do Estado de Minas participar com 40% da sociedade empresarial e arcar com toda a infraestrutura, como estradas externas, via de acesso à rodovia São Paulo–Belo Horizonte, energia elétrica, água e telefonia). O mesmo tratamento vantajoso foi conferido pelo Rio Grande do Sul à montadora General Motors na sua instalação em Gravataí.

Ao posicionar o Estado em uma dimensão correta, superando o entendimento vulgar e despolitizado que está caracterizando o ambiente político e midiático – e observando a experiência do povo durante a pandemia produzida pela COVID 19 (e, nesse momento, na crise climática que assolou o Rio Grande do Sul) –, resta superado o debate sobre “se é ou não necessário” e que tamanho deve ter.

Abre-se, assim, a possibilidade de estabelecer as perguntas adequadas para produzir o enfrentamento das contradições do nosso tempo.

*Pensamento Nacional-desenvolvimentista – Organizadores: Nilson Araújo de Souza e Rosanita Campos, Editora Anita Garibaldi, São Paulo, 2021.

**<https://quatorrodas.abril.com.br/noticias/os-bastidores-e-curiosidades-da-chegada-da-fiat-ao-brasil>

UM POUCO DE HISTÓRIA

O Estado moderno Brasileiro, Republicano, nasce com a criação do DASP – Departamento de Administração do Serviço Público, no ano de 1938 (Decreto-Lei 579), durante o Estado Novo, por obra do então presidente Getúlio Vargas. Essa iniciativa foi uma resposta ao desafio da industrialização do País.

De forma direta, para superar o modelo agrário exportador e apoiar e desenvolver a industrialização brasileira, era (e continua sendo) essencial a existência de um Estado organizado e planejador.

O DASP, dentre outras contribuições, era responsável pela realização de concurso público para selecionar os brasileiros e brasileiras que constituiriam o estamento burocrático do País, superando o clientelismo historicamente estabelecido. Vale lembrar que, desde 1988, o cumprimento desse princípio de garantia constitucional (ainda) é matéria de auditoria dos Tribunais de Contas.

Como resultado da política de planejamento e alocação das receitas federais e do financiamento estatal, nasceu a indústria de base, construindo-se a infraestrutura de transportes, enquanto o País enfrentava a questão da energia e comunicações, além do processo de escolarização dos trabalhadores para garantir uma mão de obra (minimamente) letrada.

Essa política industrial recebe aditivos com as metas de Juscelino Kubitschek na década de 1950 (derivando para atender interesses dos grandes grupos industriais estrangeiros, especialmente o setor automobilístico) e com os planos quinquenais (dentre os quais o mais conhecido é o III Plano Nacional de Desenvolvimento de 1974).

Lembrando sempre que o mais popular é o Plano Trienal, coordenado por Celso Furtado no período do presidente João Goulart (1961 até 1964), do qual são extraídas algumas propostas econômicas e políticas para superar o subdesenvolvimento e que se tornam as “**Reformas de Base**”. Essa denominação ganhou as ruas, tornando-se bandeira de comícios e reuniões públicas.

O Brasil viveu longo período de desenvolvimento entre 1930 e 1980, apresentando uma média anual de crescimento do PIB de 7%. Éramos motivo de estudos por outros Países.

Importante registrar que a indústria de transformação representava 28% do PIB – Produto Interno Bruto – nacional na década de 1980. Atualmente, o setor industrial representa 9% do PIB.

O economista e professor Luiz Gonzaga Belluzzo disse que a desindustrialização brasileira recebeu significa-

tivo golpe com a edição do Plano Real – que está completando 30 anos em 2024 –, quando positivamente o plano resolve a questão inflacionária, mas mantém taxas de juros elevadas e forte valorização da nossa moeda frente ao dólar.

QUAL É O DIÁLOGO DO CONTROLE EXTERNO COM O ESTADO E COM O DESENVOLVIMENTO

A tarefa de Controle somente se completa com o exame das receitas e despesas e com a boa aplicação dos recursos. De forma correta, avançamos na análise da resultante das políticas públicas. Mesmo nos nossos debates mais avançados, que buscam pensar um Controle moderno e eficaz (na linguagem da FENASTC, “construir os Tribunais de Contas do amanhã”), muitas vezes inclinamos excessivamente a balança para o exame das despesas.

Por outro lado, a opinião pública brasileira é conduzida no sentido de considerar os temas relativos ao “gasto”, sem conhecer como o peso tributário (arrecadatório) é distribuído pelos diferentes grupos econômicos do País. Basta ver, nesse momento, a completa ausência de interesse popular no andamento da (fração) da reforma tributária em deliberação no Congresso Nacional (mesmo quando se discute a desoneração dos produtos da cesta básica de alimentos, a qual afeta diretamente milhões de brasileiros pobres).

A formação dos orçamentos – receita pública – é basicamente o produto das atividades industriais e de serviços.

O desenvolvimento de um País ocorrerá somente por meio da indústria e do domínio da tecnologia de ponta. Nenhuma nação alcançou a designação de desenvolvida e produziu bem-estar para seu povo tendo como base a exportação de produtos primários (petróleo “in natura”, minério de ferro e outros minérios, soja e milho em grãos, que representam o principal da balança comercial brasileira).

QUAL É A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO BRASILEIRO COM VÍNCULOS PROFUNDOS COM A CIDADANIA?

Para a superação das desigualdades nacionais e o atendimento das urgências historicamente desatendidas da população pobre, assim como para alcançar uma condição de País desenvolvido, será indispensável a produção de rompimentos.

É essencial determinar a importância da pactuação de um projeto nacional com a população e a decorrente necessidade de transparência, controle e prestação de contas à sociedade.

A pergunta é como fazer isso com Tribunais de Contas descolados dos grandes temas nacionais e organizados para proteger a continuidade do “status quo”, dentre outras questões, com uma dinâmica de escolha de ministros e conselheiros baseada em razões políticas, as quais desprezam (muitas vezes) o atendimento dos requisitos constitucionais de notório saber, reputação ilibada e idoneidade moral.

É urgente mudar esse modelo de escolha de ministros e conselheiros.

Um caminho possível, defendido pela FENASTC e pelas Entidades a ela filiadas, é a adoção da Independência da Função de Auditoria como mecanismo transformador do Sistema de Controle Externo Brasileiro. Esse passo importante e atual não exige mudanças legislativas, podendo ser adotado (melhor dizer conquistado) em cada um dos 33 Tribunais.

Constituir um conselho de auditoria para atuar colegiadamente, determinando o que auditar, por quanto tempo e com que pessoal, além de fazer uma escolha entre colegas do diretor (ou secretário) de Controle e Fiscalização, assegurando garantias e prerrogativas para os atos de auditoria, são futuros comportamentos que se impõem.

Torna-se indispensável uma luta política dentro da auditoria, para empoderar a área técnica e colocá-la vinculada aos interesses da população. Somos milhares de servidores públicos, concursados e muito qualificados. Podemos fazer a diferença.

O controle externo eficiente contribuirá muito com a democracia Brasileira.

SOBRE A RECONSTRUÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

A tragédia climática que assolou o Estado Gaúcho em 2024, assumindo uma dimensão até então desconhecida, determina que sejamos capazes de compreender questões climáticas históricas e modificações recentes, sem descuidar em determinar responsabilidades contra gestores que descumpriram seu papel em ações preventivas de proteção das pessoas, patrimônios e vidas sob sua responsabilidade.

Duas questões são essenciais: 1 – refazer o planejamento fundado em informações científicas - e no meio ambiente – em um diálogo com o conjunto da sociedade. Construir cidades que garantam qualidade de vida



adequada para todos. Dentre outras matérias, é necessário reabrir o debate sobre o acesso à terra para habitações dignas e seguras e 2 – será necessário destinar muito dinheiro público, com cronograma de execução, e controlar o gasto de cada centavo, assegurando completa transparência e controle social, além de impedir a corrupção.

Devemos revisar as auditorias de meio ambiente dentro dos Tribunais de Contas, abrindo um diálogo sincero e profundo com os colegas para ampliar nossa consciência e melhorar nossos compromissos com a sociedade.

A solidariedade foi a marca apresentada pelos brasileiros, resgatando uma dimensão da nacionalidade do nosso povo e do acolhimento.

Nesses momentos, o Estado - que se deseja sustentável - impõe toda a sua importância civilizatória. Dessa vez, e para frente, será um Estado mesclado com uma cidadania atuante e participativa.